

PIERRE SALAMA

|| POR **AFRÂNIO GARCIA JR, CARMEM FEIJÓ, JOSÉ SERGIO LEITE LOPES, LENA LAVINAS, MARCOS COSTA LIMA E ROSA FREIRE D'AGUIAR**

Pierre Salama veio ao Brasil pela primeira vez em 1979. Vontade de ter vindo antes não lhe faltava, desde que, nos anos 1960, ele descobrira, em Paris, a América Latina, a Revolução Cubana, as guerrilhas, os exilados. E as aulas de Celso Furtado na Sorbonne, sobre economia do desenvolvimento e economia latino-americana. Salama foi aluno de Furtado e, mais tarde, seu assistente. Nascido no Egito em 1942, mudou-se para a França em criança. A mãe queria vê-lo engenheiro, mas ele acabou cursando economia, na época uma disciplina pouco contaminada pela modelização e vista como uma ferramenta para se compreender a sociedade. Entenda-se: para fazer militância política — à qual Salama não se furtou, primeiro na juventude comunista, depois no trotskismo. Justamente, foi a ativíssima militância que alimentou um fornido dossiê a seu respeito nos arquivos dos regimes militares do Brasil e da Argentina, dificultando sua vinda para cá.

Celso Furtado chegara à universidade francesa com uma proposta didática diferente, conta Salama. Na época, os professores de economia do desenvolvimento tinham uma experiência limitada às colônias francesas na África, e não imaginavam ser possível coexistir industrialização e subdesenvolvimento. Furtado, que vinha da equipe fundadora da Cepal e trabalhara em vários países da América Latina, comprovava o contrário. Levou para as aulas da Sorbonne o enfoque científico que faltava aos alunos, introduziu-os ao sistema centro-periferia.

Desde então Salama se tornou um latino-americano de adoção. Sua tese de doutorado, defendida em 1970, foi sobre *O processo de "subdesenvolvimento": o caso da América Latina*, logo traduzida em espanhol, italiano, português (Vozes, 1976). Professor de economia de Paris-13, universidade da qual hoje é emérito, seus temas de pesquisa abarcam o desenvolvimento das economias semi-industrializadas, o Estado na América Latina, os estudos sobre pobreza e riqueza e a consequente desigualdade da renda. Mais recentemente, Salama vem se dedicando à análise comparativa entre as economias latino-americanas e as asiáticas, a começar pela chinesa, interessado em deslindar como umas e outras convivem com a globalização comercial e financeira. Sua pauta também inclui um *hobby*: o estudo das drogas e da violência nas economias emergentes. Entre seus vários livros, quase todos publicados em português, os mais recentes são *Le défi des inégalités, une comparaison économique Amérique latine/Asie* (La Découverte, 2006; Manaus, Perspectiva, 2011) e *Les économies émergentes latino-américaines, entre cigales et fourmis* (Armand Colin, 2012). Foi numa vinda ao Rio de Janeiro, em agosto de 2015, que Pierre Salama falou a *Cadernos do Desenvolvimento* sobre seu percurso de vida e acadêmico, seu convívio com Celso Furtado e sua forte ligação com o Brasil.

92-111 >>



|| FOTO SÉRGIO CARA

ROSA FREIRE D’AGUIAR: Começemos por seu percurso: como e por que você escolheu as ciências econômicas?

PIERRE SALAMA: Porque, justamente, minha história começa fora da França. Nasci no Egito e cheguei à França com 7 anos...

AFRÂNIO GARCIA JR: Sua família era francesa?

No Egito não era tão simples. Escolhia-se a nacionalidade dependendo de quanto dinheiro se tinha. Os mais pobres eram egípcios, e tinham muito orgulho de sê-lo. Depois havia os italianos e os ingleses, que tinham mais dinheiro. Do lado do meu pai, a família era de tunisianos, sem dinheiro suficiente para ser francesa. Foram os turcos que levaram esse sistema para alguns grandes portos, como Alexandria, Tânger. Isso acontecia em vários países. Naquela época, e até o fim dos anos 1940, dependíamos do tribunal de nossa nacionalidade. Para ser mais claro, se você fosse árabe e matasse um árabe, era fuzilado. Se fosse inglês, tinha direito a pagar uma multa de 5 mil libras. É o colonialismo na sua forma mais perfeita.

LENA LAVINAS: Conte-nos um pouco de seu percurso quando chegou à França.

Meu pai morreu quando eu tinha sete meses. Minha mãe era engajada politicamente e feminista, ao modo da época. Uma pioneira. Casou-se com um rapaz, meu padrasto, e depois decidiu se separar. Mas no Egito uma mulher divorciada devia voltar para a casa dos pais. E ela tinha dois filhos. Pôs todo mundo debaixo do braço e foi para a Europa. Acabou ficando em situação difícil, porque não tinha uma profissão: casara-se com meu pai aos 16 anos e meio. Fez o *baccalauréat*, era tudo o que tinha. Mas era feminista e comunista, e se recusou a ir morar com os pais e ficar jogando cartas: era o que as mulheres faziam, esperando o próximo marido.

LENA: Como a vida universitária entrou na sua vida?

Eu estava fadado a me tornar engenheiro, era o que minha mãe queria. Fiz o curso preparatório para entrar nas grandes *écoles*, mas sofri um acidente na guerra da Argélia, para a qual fui convocado. Já tinha sofrido antes,

e as surras de cassetete da polícia o agravaram. Precisei ser operado e tive a sorte de ir para uma casa de repouso para estudantes, em Sainte-Maxime. Como eu não tinha um tostão, resolvi ficar o mais tempo possível nessa casa, onde conheci umas pessoas que estudavam história, outras, russo. E pude escapar daquele destino a que estava condenado, pois foi aí que escolhi a economia. Isso se passou durante os Acordos de Évian, em 1962. Eu estava na UEC [União dos Estudantes Comunistas] onde havia grupos desertores da guerra da Argélia. De certa forma fui salvo pelos Acordos de Évian. Um tio meu, que eu considerava como pai, foi me visitar e disse que não era possível que eu estudasse economia, pois a economia era a ciência dos exploradores, dos patrões. Ao passo que para mim – estávamos no fim da guerra da Argélia, com a radicalização – era o meio de entendermos como o capitalismo funcionava. A economia não era vista como hoje, com os modelos e tudo mais. Ao contrário, era vista como uma ferramenta para entendermos a sociedade e, portanto, fazer militância. Nessa época minha inclinação era comunista, depois será trotskista.

AFRÂNIO: Na Faculdade de Direito e Ciências Econômicas, ninguém além de Henri Denis era marxista. Nessa época, já era no Panthéon?

O primeiro ano foi numa faculdade recém-construída, Assas, e depois foi no Panthéon. Henri Denis foi uma pessoa muito importante para mim, assim como Raymond Barre, paradoxalmente. Porque Barre era um professor excelente, e Henri Denis era uma pessoa excepcional, que nos fazia refletir. No terceiro ano, tive como professor Jean Weiller, especializado em economia internacional, também excepcional. Eu me envolvi muito com economia. Além disso, tinha muito pouca gente radical de esquerda na economia e no direito – naquela época os dois primeiros anos dos dois cursos eram juntos. No terceiro ainda estudávamos bastante direito, mas ficávamos separados. Os que viriam a se tornar trotskistas, os que viriam a se tornar maoístas, os que se tornariam “italianos”, isto é, os eurocomunistas, todos esses da UEC estavam começando a sair do casulo.

Celso Furtado chegou como uma pessoa muito diferente, porque na época quem lecionava nos cursos de desenvolvimento eram professores de economia que conheciam muito pouco, e quando conheciam, era só a África. Não imaginavam ser possível existir industrialização junto com subdesenvolvimento. Por outro lado, para os que eram de esquerda a única razão do subdesenvolvimento era o saque dos países do Terceiro Mundo. Não havia uma abordagem científica. E então chega Furtado e nos explica. Foi estrondoso, e Furtado fez muito sucesso.

ROSA: Quando você virou trotskista?

Em 1963 ou 1964, eu já tinha saído da UEC, conheci uma mulher... começa sempre assim... Ela não me disse que era trotskista, porque temia que eu pensasse que trotskista era fascista. Mas me fez sentir culpado porque quis me levar para uma manifestação contra a guerra do Vietnã, e aí fiquei envolvido, e demorei algum tempo para entender o que era o trotskismo. Na época ela estava no PCI, um minipartido, o qual eu pude entender lendo, por acaso, uma circular interna que dizia que eles precisavam de determinada quantia para uma nova sede e o quanto isso representava para cada um. Então, fiz as contas e percebi que eram apenas 200 pessoas. Mas foi esse grupo de estudantes formado pelo PCI que deu origem ao JCR [*Jeunesses Communistes Révolutionnaires*].

AFRÂNIO: Lia-se Ernest Mandel?

Eu não tive oportunidade de ler Mandel nessa época. A geração depois de mim é que leu. Mas li Marx diretamente, graças a Henri Denis. Tive, assim, uma formação marxista desde o começo, o que depois foi muito importante, quando precisei discutir com os maoístas, porque eles não liam Marx, mas conheciam Louis Althusser. E isso foi certamente uma enorme vantagem. A partir de 1968, fizemos militância como loucos. Mas antes, tivemos muito mais tempo para ler, discutir. Na mesma época conheci Jacques Valier, que era assistente de Denis. Mas ain-

da éramos muito poucos na faculdade: os maoístas, os anarquistas, os trotskistas ficavam todos juntos.

AFRÂNIO: Como foi a sua história com Henri Guitton?

É muito interessante. Fui nomeado assistente graças ao Guitton, em 1967. Eu tinha terminado o que, na época, se chamava DES [*diplôme d'études supérieures*], e ele me chamou para ser seu assistente por causa de minha formação em matemática e econometria. Estávamos indo para Nanterre, que era parte da faculdade de Panthéon-Sorbonne. Eu era um de seus três assistentes. Tínhamos de fazer um resumo do curso dele dado no anfiteatro. No início, ele gostava muito de mim. Foi ele que levou a matemática e a econometria para a faculdade. Mas quando me viu – para completar, em Nanterre – numa linha muito diferente da dele, começou a me detestar. De início, cordialmente, depois com bastante raiva. E um dia me disse: “Você, Salama, nunca vai ser professor, nunca vai passar no concurso da *agrégation*”. E me lembro bem de quando passei, houve uma recepção e brinquei, na frente dele: “Eu nunca ia passar? Passei!” Tinha muitos lados positivos, mas era um filho da mãe. Tenho péssima lembrança dele, era o perfeito ideólogo. Coordenou um concurso que foi anulado porque ele eliminou todos os radicais de esquerda. Isso dá um pouco a ideia do personagem. São pessoas que têm medo. Havia outro, o Coulbois, em Nanterre,

que me dizia: “Os esquerdistas? Pá-pá-pá-pá-pá”, e imitava uma metralhadora. É estranho ver essas pessoas que têm medo. E como eu era militante, imaginavam que eu tivesse sempre o movimento estudantil comigo. Mas o movimento estudantil foi desaparecendo, estávamos cada vez mais fracos, embora eles nos vissem como pessoas que tinham o poder de perturbar as aulas, de organizar greves. Sem entenderem que, na verdade, nossa força vinha principalmente do movimento estudantil. E no dia em que o movimento estudantil acabasse...

ROSA: Você escreveu no seu Percurso de vida de um pesquisador de economia que uma de suas sortes foi ter Celso Furtado como “*maître à penser*”. Como se conheceram?

Conheci Furtado quando eu estava no quarto ano. Portanto, foi meu professor por dois anos. Quando ele chegou, não sabíamos quem era. E logo se deu uma ruptura. Tínhamos conhecido, no terceiro ano, o Weiller, o Denis. No quarto ano, havia ele e Henri Bartoli. Celso Furtado chegou como uma pessoa muito diferente, porque na época quem lecionava nos cursos de desenvolvimento na França eram professores de economia que conheciam muito pouca coisa. E quando conheciam algo do desen-

rifera, um pouco como o de Furtado. Os outros professores não sabiam nos explicar isso. E então chega Furtado e nos explica. Foi estrondoso, e Furtado fez muito sucesso. Falava francês como eu falo português, pelo menos no início. Nunca vou esquecer que ele dizia “*les istructures*”, em vez de “*les structures*”. Um dia, estava chovendo, era o primeiro ano dele na França. Estávamos em sala de aula, ele se vira para nós e diz: “*Ça drop dehors!*”!

ROSA: Sim, ele tinha acabado de passar um ano nos Estados Unidos!

Estava vindo de Yale. O curso que ele nos dava era muito estruturado e interessante. Era 1966, época da Revolução Cubana, das guerrilhas se desenvolvendo, e Furtado era quem nos trazia respostas a respeito da radicalização na América Latina, o que nos interessava muito – enquanto outros professores permaneciam na mediocridade. Um deles se chamava Leduc. Ele era péssimo. Eles eram péssimos.

LENA: Na faculdade de economia não se lia Gunnar Myrdal? Nem Samir Amin?

Lemos Myrdal graças a Furtado. Samir Amin escreveu bem depois. Foi no início dos anos 1970 que ele

Estudei Joan Robinson, Marx e Furtado. Três grandes autores. Com os três, fiz uma boa tese. Li vários livros de história sobre Argentina, Brasil, México. Parava de ler quando chegava aos índios e me dizia: “essa área é um pouco complicada, precisa ser antropólogo”.

volvimento, era só a África. Eram uns ignorantes, não imaginavam ser possível existir industrialização junto com subdesenvolvimento, por exemplo. Por outro lado, para os que eram de esquerda a única razão do subdesenvolvimento era o saque dos países do Terceiro Mundo. Não havia uma abordagem científica e nem um entendimento do que, por exemplo, havia acontecido no Egito no início do século XIX. Rosa Luxemburgo estava sendo descoberta. O enfoque dela era no sentido do centro-pe-

escreveu *L'accumulation à l'échelle mondiale*. Não era conhecido. Aos poucos fomos conhecendo outros nomes, como Gunder Frank.

ROSA: Uma vez você me disse que Celso mudou o método de ensino de economia, em especial de desenvolvimento econômico, a partir das duas disciplinas que ele lecionava no Panthéon-Sorbonne: desenvolvimento econômico e economia latino-americana.

Só fiz o curso dele sobre América Latina. No Mestrado 2, no DES, também era sobre a América Latina. Talvez o primeiro fosse um pouco mais geral. Furtado foi um pouco rejeitado pelo corpo docente, exceto por Bartoli e pelos professores que o conheciam e logo gostaram dele. Por quê? É muito simples: a mediocridade é odiosa. Furtado era uma pessoa brilhante demais para eles, portanto os ameaçava. E isso foi longe, porque por muito tempo ele não podia orientar dissertações de pesquisa de final de mestrado, e muito menos teses de doutorado! Minha dissertação foi orientada por Leduc! Mas Furtado estava na banca da minha tese, é claro.

LENA: Com quem você fez tese?

No início, com André Marchal, que morreu três meses depois. Depois, passei para René Passet, que nunca tinha sido meu professor e acabava de entrar para a universidade. Assim como Bartoli, Passet era uma pessoa muito bacana, um humanista, que estudara a história dos fatos econômicos, e também ecologia, e um pouco de sistemas e estruturas. Foi o primeiro diretor científico da Attac.

MARCOS COSTA LIMA: Como apareceram o Brasil e a América Latina em sua trajetória intelectual e em seus estudos?

A América Latina veio por uma combinação de três fatores. Primeiro, por causa da radicalização política, sobre a qual falei acima. O engajamento político passava cada vez mais pelo Vietnã, pela defesa de Cuba, por todos esses acontecimentos internacionais, que eram muito importantes para nós. O segundo fator foi eu ter estudado com Furtado, o que pode não parecer, mas foi importantíssimo. Em terceiro lugar, o fato de que eu tinha família no Brasil, e uma parte na Argentina. Uma tia veio para o Brasil em 1936, outra, em 1947. Visitei as duas, e até encontrei meu primo. No Instituto de Estudos de Desenvolvimento Econômico e Social, o IEDES, havia um grande interesse pelos latino-americanos, um grande número de alunos brasileiros. Mas na época eu não podia vir ao Brasil, era impossível, por causa do regime militar. Vim pela primeira vez em 1979. Várias embaixadas tinham a

sua polícia, a do Brasil também. Eu era mais ou menos conhecido dos brasileiros e argentinos, principalmente como militante político, pois falava com frequência para os jornais e, de vez em quando, também para as organizações políticas. Havia um dossiê bastante completo sobre mim. Eu não podia vir, era impossível.

AFRÂNIO: Voltando à sua tese, quando você decidiu estudar a industrialização do Brasil e da Argentina?

De início, foi por causa de Furtado: decidi estudar o que se chamava de escolha das técnicas. Eu tinha lido Kalecki, a pedido de Furtado. Portanto, estava interessado no tema. Depois a tese evoluiu. A dissertação que eu tinha escrito era sobre as substituições das importações na Argentina. A substituição de importações era uma das teses de Celso Furtado que me marcou muito. Ele dizia o que ninguém dizia, a saber, que nos países periféricos industrializados o que se observava não era uma alocação ótima de recursos – utilizando muita mão de obra e pouco capital, já que ele é escasso –, mas, ao contrário, utilizando muito capital, pois há um enorme desperdício de capital. É essa tese que vai levar à seguinte, a tese da estagnação, ou seja, de um quadro de grande capacidade ociosa de produção. Foi assim que acabei optando pela escolha das técnicas, para, simplesmente, entender esse paradoxo: por que se utilizava muito capital e pouco trabalho, enquanto, de acordo com a tese disseminada na época, era o contrário? Essa escolha das técnicas se tornou o primeiro capítulo da minha tese, que depois evoluiu. A tese foi considerada boa, o que foi uma sorte porque me esforcei como um louco, mas não tinha tempo para dedicar a ela. O fato de conhecer brasileiros me permitiu chegar à essência da questão. Eu não conhecia a América Latina, que era para mim o que seria para um historiador estudar o século XV... Também tive sorte de conhecer Mandel, e não Marx por intermédio de Mandel ou de Althusser. Fui dos primeiros, junto com Carlo Benetti, com quem estudei e que gostava muito de Furtado, a conhecer a escola de Cambridge, principalmente Joan Robinson, que pouquíssima gente conhecia. A França era muito fechada...

AFRÂNIO: E os keynesianos de esquerda também.

Sim, pode-se dizer isso, eram pessoas que na França não conhecíamos. Então, estudei *A acumulação de capital* de Joan Robinson, e Marx e Furtado. Três grandes autores. Com os três, fiz uma boa tese! Li vários livros de história sobre Argentina, Brasil, México. Parava de ler quando chegava aos índios e me dizia: “essa área é um pouco complicada, precisa ser antropólogo”. Mas tive sorte de ter ido direto ao essencial, porque em geral os estudantes tendem a se perder entre mil coisas.

Foi a razão do sucesso dessa tese, traduzida logo em espanhol, italiano, português e, depois, em outras línguas. Aqui, foi publicada pela Vozes.

LENA: E logo depois você ingressou na carreira acadêmica, como algo natural?

Assim que tive meu DEA [*diplôme d'études approfondies*], que na época se chamava DES, me tornei, em 1967, assistente do Guitton. Mais tarde, em 1970-1971, fui também *assistant de séance* [monitor]. Na época, para passar na *agrégation* [concurso para professor universitário] tínhamos que fazer duas teses, a grande, digamos, e uma complementar. A minha complementar foi sobre a Escola de Cambridge, e em 1972 prestei o concurso. Passei na primeira prova, mas nas aulas desmorenei, e não passei. Quando fui conversar com o presidente do júri, ele me disse: “Prefiro você a Jean Bailly”. Sim, porque a partir de minha tese eu tinha escrito um artigo para o número 3 da revista *Critique de l'économie politique*, publicado como se tivesse sido escrito por “Jean Bailly”. Era a minha tese. Quando ele me disse isso, vi que não poderia mais usar esse pseudônimo. Na mesma revista, também assinei com o de Christian Merlin. Concluí que aquilo era uma idiotice, era melhor me chamar Salama!

AFRÂNIO: Jacques Valier era professor e orientava teses na Faculdade de Economia da Universidade de Paris?

Jacques Valier já tinha passado na *agrégation*, então não estava ligando muito. E junto com ele, e Jean-Luc Dallemagne, fundamos a *Critique de l'économie politique*. Éramos três malucos. Em 1970 ou 1971 fomos conversar

com o editor François Maspéro para propormos publicar uma revista. Durante a conversa, tivemos a impressão de que ele nos julgava uns idiotas. Ficou brincando o tempo todo com um elástico, enquanto conversávamos a sério. No final, disse: “Quando sairá o primeiro número?”. E os primeiros números são nossas teses: a inflação, de Jacques Valier; depois, a tese complementar de Jean-Luc Dallemagne; em seguida, a minha. Vendia muito, era uma loucura.

ROSA: Uma pergunta de praxe aos entrevistados de *Cadernos do Desenvolvimento* é a seguinte: a seu ver, o que é desenvolvimento? Qual seria sua melhor definição desse conceito tão amplo?

Há várias palavras míticas para definir o fenômeno: países subdesenvolvidos, em vias de desenvolvimento, economias emergentes. Não sabemos muito bem como definir. Na época, a única definição que eu tinha encontrado era a de que esse fenômeno resultava do modo de penetração das relações de mercado e capitalistas, um modo de penetração extremamente rápido e, portanto, extremamente violento. E isso gera resultados específicos, principalmente em relação aos salários. É sempre o mesmo capitalismo, mas podemos dizer que o assalariado... Gilberto Mathias, com quem estudei muito, tinha uma definição muito interessante. Ele mostrava que se tratava de um assalariado incompleto. Dizia que o salário era, ao mesmo tempo, o valor da reprodução da força de trabalho, mas também o favor. E insistia muito nessa relação paternalista.

LENA: Se o desenvolvimento é o crescimento das relações de mercado, e capitalistas na sua plenitude, então hoje em dia não há mais desenvolvimento, uma vez que tudo vai se tornando mercadoria.

Nem tudo se tornou mercadoria. Isto é que é interessante. Há o que chamamos de recursos comuns. E há os bens públicos. A fronteira do capital é algo que se desloca continuamente, e que também produz o seu oposto. É muito interessante ver a articulação das relações de produção puramente capitalistas com as outras, e suas tentativas

de relações não comerciais ou pouco comerciais, como serviços públicos, controladas por relações comerciais, mas com capacidade de cumprir seu papel. Isso exige a análise do Estado. Todos os países precisam de serviços públicos, de relações que não sejam puramente comerciais.

LENA: Mas você não acha que há uma mercantilização, uma “comodificação”? Como diz Nancy Fraser: “commodification all the way down”? E mesmo que não haja a “comodificação”, há uma lógica de “comodificação”?

Não acho. Talvez eu tenha uma definição diferente de mercadoria. Na análise de Marx começamos sempre pela mercadoria para chegar ao capital. Não começamos pelo valor e, sim, pela mercadoria. O que entendo por isso é algo que se transforma em um lucro maior. Mas na vida

Hoje, é claro, tem de ser levado em conta. E o meio ambiente evoca aquilo que tentei dizer há pouco, o famoso “sem fins lucrativos”. Para mim, porém, o desenvolvimento continua a ser a penetração mercantil extremamente violenta. Digamos que cada país tem um desenvolvimento específico. Eu me interesso pelas diferentes formas de desenvolvimento dos países periféricos, sobretudo os da América Latina. De modo geral, desenvolvimento remete aos países desenvolvidos. Na verdade, trata-se de outros tipos de desenvolvimento, e mesmo os países desenvolvidos passaram por formas diferentes de desenvolvimento, comparando-se um com os outros. Os Estados Unidos passaram por um processo totalmente diverso da Alemanha ou da França. Além disso, há as rupturas qualitativas. E foi aí que Rosa Lu-

Na vida não existe só o lucro. Existe o serviço público, por exemplo. Mesmo que haja tentativas de mercantilizá-lo, e é claro que há, não é algo que se defina dizendo “isto é um bem público, isto não é um bem público”. O bom desenvolvimento da mercadoria é aquele que também produz o seu contrário. E isso ocorre frequentemente por meio de lutas.

não existe só o lucro. Existe o serviço público, por exemplo. Mesmo que haja tentativas de mercantilizá-lo, e é claro que há, não é algo que se defina dizendo “isto é um bem público, isto não é um bem público”. Creio que o bom desenvolvimento da mercadoria é aquele que também produz o seu contrário. E isso ocorre frequentemente por meio de lutas.

ROSA: Pensando numa definição do desenvolvimento um pouco mais multidisciplinar, como era a concepção de Celso, considerando a questão do meio ambiente, a questão cultural, a questão dos valores, o que você diria?

Tudo isso entra no conceito, mas, na época em que estudei, ignorávamos completamente o meio ambiente.

xemburgo nos influenciou, mostrando que havia os aspectos qualitativos. O fato de essas relações comerciais terem penetrado com tanta força, tanta brutalidade, e tão rapidamente, gera consequências de toda ordem, inclusive culturais e ambientais. E nas relações sociais também, o que explica aquilo que chamávamos de autoritarismo, de paternalismo. Ainda que eu concorde plenamente que as relações assistencialistas também existam nos países desenvolvidos, elas não tiveram a mesma relevância. Hoje, as relações assistencialistas perdem importância diante da relevância das grandes empresas em países como o Brasil. Mas não podemos resumir o Brasil à Ford ou à General Motors. Há, ainda assim, grande parte da população que permanece na informalidade – não estou falando dos que estão no setor

informal, mas na informalidade, o que não é a mesma coisa! E também considero importante o fato de a informalidade não ser a mesma de 20, 30, 40 anos atrás.

CARMEM FEIJÓ: As teses desenvolvimentistas no Brasil ganham novo fôlego a partir dos anos 1990, contrapondo-se ao avanço do pensamento neoliberal. Atualmente, pelo menos duas agendas desenvolvimentistas estão presentes no debate acadêmico: o novo desenvolvimentismo e o social desenvolvimentismo. O que você acha desse debate? Ele é pertinente? Você se identifica mais com uma ou outra tendência?

Considero-me um pouco fora desse debate. Apoiei a agenda neodesenvolvimentista de Bresser-Pereira porque me parecia a mais keynesiana de todas. Mas ela tem pendências enormes, é assustador. Todo o aspecto social, e o próprio desenvolvimento, são deixados de lado. Mas quando o apoiei, foi uma forma de nos unirmos para lutar contra o neoliberalismo. Conversei com o Bresser, e creio que para ele tudo se resolve com a taxa de câmbio equilibrada, o que é um pouco preocupante. Pois os problemas da taxa de mais-valia, das pessoas que vivem, que trabalham etc., ficam fora da análise. Por outro lado, em relação ao antigo desenvolvimentismo Bresser disse algumas coisas interessantes. Mas sinceramente não sei o que é o desenvolvimentismo social. E não conheço nenhuma outra corrente. Conheço apenas algumas pessoas radicalizadas, que fazem uma análise diferente da proposta por Bresser.

AFRÂNIO: Voltando à sua tese: ela deu lugar a que tipo de discussão? E em relação a Furtado, havia um diálogo com ele?

Minha tese se chamava *Estudo sobre os limites da acumulação nacional do capital nas economias semi-industrializadas*. Com um título desses, ninguém compraria. Então achei um título bastante marxista: *O processo de “subdesenvolvimento”: o caso da América Latina*. Uma parte do sucesso dessa tese vem do fato de juristas terem pensado que se tratava de processo – *procès* – no sentido jurídico do termo. Por isso é que o título da pri-

meira e segunda edições não são exatamente os mesmos. O título da segunda é *Le processus*, e não mais *Le procès*. Acho que a minha tese me levou a ter uma relação um pouco mais próxima com Celso Furtado. Dei aula no IEDES, onde havia muitos latino-americanos. Celso Furtado era professor de lá. Eu representava, talvez, o lado esquerdista, ou marxista, de Celso Furtado. Era mais ou menos o mesmo público que fazia os dois cursos. E por isso nos víamos e conversávamos um pouco. Mas a época mais relevante de minha convivência com Furtado foi durante a preparação da tese. E havia a certa admiração de Carlo Benetti, que infelizmente abandonou o desenvolvimento. Quanto a mim, Furtado devia me ver um pouco como um pequeno-burguês, não sei, um radical. Pelo menos era minha impressão. E um dia ele soube – eu lhe disse por acaso – que eu tinha nascido no Egito. Acho que isso o seduziu, foi muito sensível a isso, não era aquele pequeno-burguês. Era muito natural que um refugiado político visse os jovens franceses que defendiam a guerrilha como irresponsáveis, pequenos-burgueses. Ele certamente devia ver com certa desconfiança aqueles radicais que não entendiam muito bem o que estava acontecendo. E quando soube que eu vinha da periferia, sua relação comigo mudou. Mas o conheci melhor depois, no final dos anos 1970, graças a uma amiga em comum, a socióloga Drosila Vasconcellos.

LENA: Os países da América Latina se beneficiaram recentemente da valorização do preço dos recursos naturais. Mas os problemas estruturais não foram superados, nem o da heterogeneidade produtiva e social. Assim, temos sempre períodos de retomada econômica, de crescimento, sem que sejamos verdadeiramente capazes de reverter a situação. E a questão da heterogeneidade estrutural é, sem dúvida, o principal aspecto do subdesenvolvimento. Por que nenhum país latino-americano conseguiu mudar essa situação, tornar-se uma sociedade mais homogênea, mais integrada, com dinâmicas de inovação sustentáveis, de longo prazo?

A meu ver, a razão é política. A maior parte dos países

latino-americanos, depois do pagamento da dívida, entrou em um período neoliberal, com as privatizações. O governo de Fernando Henrique Cardoso conseguiu conter a hiperinflação com métodos neoliberais, o que lhe trouxe certa legitimidade, principalmente entre as classes mais baixas, pois sem a hiperinflação o rendimento delas parou de cair. O contexto político é importante. Chegou Lula, e tanto o Brasil como outros países da América Latina tiveram, na minha opinião, o “azar” de conhecerem a bonança, com a alta do preço das matérias-primas. Isso lhes permitiu evitar conflitos, e satisfazer tanto aos pobres – com uma política redistributiva e aumento do salário mínimo – quanto aos bilionários, principalmente nos primeiros anos, com as taxas de juros elevadas. Lula conseguiu agradar a gregos e troianos. Mas uma ilusão se consolidou: a do preço das matérias-primas. Assim, já não estamos com o velho debate sobre a tendência de baixa das matérias-primas e sobre os termos de troca. Isso pareceu muito distante, era como se esse debate nunca tivesse existido. Os chefes de Estado passavam a impressão de que as coisas iam continuar assim, por muitos anos. Implantou-se uma política de facilidades. Há muitas coisas que as esquerdas não fizeram: não fizeram a reforma tributária, embora tenham aumentado os impostos, não se prepararam suficientemente para o futuro. Nesse ponto, Bresser tem razão: a apreciação da moeda, junto com taxas de juros altas, enriquece os mais ricos e enriquece os investidores estrangeiros quando eles repartem seus dividendos. Mas não favorece a indústria. E a gente assiste a um processo de reprimarização/desindustrialização. A heterogeneidade de que você fala vem do que não ocorreu, do que tenha talvez existido no início do desenvolvimentismo: essa tentativa de superar as famosas heterogeneidades estruturais. Não se deu muita atenção a esse ponto. A vida dos pobres melhorou, os ricos estavam satisfeitos. Depois, veio Dilma, que fez mais ou menos a mesma coisa, mas não tão bem. Teve uma política mais flutuante, e menos sorte, principalmente porque a pressão externa reapareceu. Apesar da alta dos preços das matérias-primas, sobrava cada vez menos dinheiro. E há também o déficit da balança

comercial, antes compensado não só por um saldo positivo da balança comercial, como também pela entrada de capital. Havia a ilusão – e contaram-se algumas mentiras – de que as reservas estavam aumentando. Essas reservas não eram do dinheiro daqui, mas dos investidores estrangeiros. É a grande diferença em relação à China. Então, essa política de facilidades foi progressivamente se esgotando. Paga-se porque, na época da bonança, não foram tomadas medidas importantes, e essa chegada ao fim da linha mostra uma economia muito mais frágil. Os jornalistas daqui falam de déficit primário (sem se levar em conta o pagamento da dívida pública) em termos de “meio por cento” aqui ou acolá. Isso não representa a realidade. Calculei que o déficit orçamentário do Brasil é entre 8 e 9 pontos percentuais do PIB!

LENA: Os governos da chamada nova esquerda latino-americana apoiaram-se no pensamento desenvolvimentista para justificar o extrativismo como motor do crescimento. Extrativismo agrícola e mineral, economias reprimarizadas, polarização social crescente, criminalização dos grupos que resistem ao neoextrativismo: como escapar disso?

Os conflitos nunca podem ser tratados em nível econômico. Há uma estrutura política que deverá tratar deles. Desse ponto de vista a Argentina é muito interessante, e também mais complexa. Houve na Argentina muitas políticas extrativistas, o que foi permitido pelo governo central, com as justificativas de que iriam permitir financiar políticas de saúde, de educação para os mais pobres. Os governos do Equador e da Bolívia também usaram esse argumento. Eles reconheceram que isso era um grande problema, mas que lhes permitia ter dinheiro para oferecer uma educação melhor, uma saúde melhor para os índios, por exemplo. Mas a Argentina é uma federação, e o governo central percebeu que, inversamente à justificativa, autorizar os diferentes estados a explorar seus recursos minerais levava a um crescimento significativo da corrupção. Ou seja, o peronismo e depois o kirchnerismo precisavam desse apoio das regiões andinas, e só o conseguiam autorizando o extrativismo.

A questão é bastante política, e ligada à corrupção e ao apoio buscado pelo governo central.

Quanto à questão do Estado, é um segundo problema, fascinante do ponto de vista teórico, e que ainda não foi resolvido. É a ideia de que pode haver um Estado plurinacional. O Estado plurinacional é um reconhecimento do índio que foi expulso no passado e que reaparece como cidadão. O que pensávamos com Rafael Correa, com Evo Morales – no início, eu insisto –, era que eles trariam um tipo de reconhecimento da vida do índio, que deixaria de ser excluído para ser incluído. Os índios constituíram uma nação, mas com o mesmo Estado central. A partir daí, quais são os limites? Porque com o plurinacional, se temos um único Estado e não vários Estados, quais são os limites das decisões que os grupos indígenas podem tomar, com suas próprias leis que não são a lei comum? São leis ancestrais, culturais. E aí veio o choque, muito forte, do poder central que se impôs com a extração de minérios, de petróleo, em detrimento da saúde dos índios. E houve a série de mobilizações que fragilizaram os governos. E estes se revelaram muito mais interessados nas riquezas do que nos índios. Tanto no Equador como no Peru, com a queda do preço das matérias-primas restaram apenas os danos, não se veem mais os benefícios. Do ponto de vista teórico, é um problema. Como se viu na Bolívia, quando houve a tentativa de separação feita pelos brancos – queriam ficar com os recursos naturais e expulsar os índios –, isso pode levar a políticas um pouco racistas.

ROSA: Você, que trabalhou sobre a economia da droga nos países emergentes, como vê o quadro da violência na América Latina, e a convergência de interesses entre o narcotráfico e a política, como no México?

Pesquisei, principalmente, a Colômbia e os países andinos. Em seguida, passei a estudar a violência. É claro que uma coisa leva à outra, mas elas não se confundem. No México, pesquisei, sobretudo, o norte. Eles produzem a heroína, para exportação, mas também a maconha e a anfetamina. Mas não produzem cocaína. O envolvimento do tráfico com a cocaína passa pelo transporte, ou seja,

pelo controle das rotas. É uma guerra aberta, entre diferentes cartéis. Nem sequer é pela distribuição, a guerra aberta é mesmo pelo transporte, com o qual se ganham fortunas. Ele precisa ser controlado, o que está começando a ser feito. Alguns cartéis mexicanos querem controlar desde a Guatemala, pois há um fenômeno de contágio. São somas gigantescas, e por isso geram tanta violência. E já não é de hoje, pois esse envolvimento com a política começou com o presidente Salinas de Gortari, nos anos 1980. No México, o sistema de partido único era extremamente clientelista e já não estava com tanto dinheiro como na época do petróleo. O Estado começou a fazer alianças sérias com os barões da droga. Portanto, transformou o Partido Revolucionário Institucional e o sindicalismo, utilizando o dinheiro da droga. Por isso ocorreram prisões e assassinatos dos que haviam sido apontados como candidatos. E o irmão de Salinas de Gortari foi preso por envolvimento com as drogas. Desde o início vimos isso tomar a dimensão do Estado. O Estado central estava envolvido, simplesmente porque não sobreviveria sem o clientelismo. Depois, quando houve uma “democratização” e vieram outros partidos, como o Partido da Ação Nacional, o Partido da Revolução Democrática, houve um rompimento por parte dos estados federados, dessa vez, no nível do que eles chamam de “municípios”. E aí a gente se dá conta de que cerca de três quartos dos eleitos o foram graças ao dinheiro das drogas. Ou seja, há implicações fortíssimas das máfias, porque elas também têm necessidade de controlar as rotas, portanto, precisam desse apoio “legal”. Hoje a situação é assustadora, e, um pouco como no Brasil, grande parte da população está cansada desses escândalos que se repetem, e que na maioria das vezes são ligados às drogas.

ROSA: No Brasil – e nem é tão recente assim – também começamos a ter políticos financiados pelos pequenos cartéis de drogas. A seu ver é possível uma resposta mundial dos governos para barrar essa promiscuidade? Mal ou bem, as contas secretas da Suíça já não são tão secretas assim...

Pessoalmente, sou muito pessimista do ponto de vis-

ta internacional. Sou mais otimista com a mobilização de pessoas, e com o papel das novas redes sociais. Do ponto de vista internacional, não vejo como isso pode ser feito. Ninguém vai propor um boicote ao México por causa das drogas. Curiosamente, grande parte do dinheiro das drogas é lavado de forma arcaica, via superfaturamento, subfaturamento, com o envio de notas em envelopes, com *clearing*. Você paga a alguém em um país e recebe o dinheiro em outro lugar, por exemplo. Portanto, o dinheiro não circula. Demorei a entender isso, quando estava pesquisando a Colômbia. O motivo é bem simples: a partir do momento em que a máfia dos traficantes confia o dinheiro a um especialista, para que ele seja lavado, precisa confiar cegamente nessa pessoa, porque os caminhos se tornam tão obscuros que o dinheiro acaba se perdendo no meio do caminho. E esse é o motivo pelo qual custa muito mais caro, percentualmente, passar por circuitos sofisticados do que pelos mais tradicionais, que são: o contrabando, o superfaturamento, o subfaturamento. O dinheiro pode passar a noite em um paraíso fiscal sem que se saiba de onde veio. Além disso, há muito *clearing*. Não sei se com a internet os métodos evoluíram. Acho que não, porque na verdade é uma questão de capacidade de controle, por parte das máfias, de seus especialistas em tributação e em tecnologia da informação. Isso não é tão parecido assim com evasão fiscal. A evasão fiscal é “fácil” para os indivíduos, mas para as empresas... O Google não paga impostos porque faz otimização fiscal. E pode-se fazer otimização fiscal também com as drogas!

CARMEM: A perda de importância da indústria manufatureira no Brasil tem levado à queda da produtividade, o que é apontado como a principal causa da perda de competitividade.

LENA: Completando o comentário da Carmem, eu queria voltar à desindustrialização. Há um ritmo de crescimento próximo de 1% da produtividade em vários países da América Latina, como o Brasil, o que é

consideravelmente inferior ao que se observa nos países asiáticos. Você diz que se tivéssemos um controle de capital e supervisionado a globalização financeira, talvez pudéssemos ter aumentado o nível de investimento a 19%, 20% do PIB. Penso que a globalização é, na verdade, uma ruptura no processo de industrialização, uma nova dinâmica de inovação. Ou ocorreu como nos países desenvolvidos, ou deu errado, como na periferia, porque a globalização financeira impede que haja interesse no investimento produtivo. Você concorda ou não?

Em primeiro lugar, sobre a evolução da produtividade do trabalho, um relatório da OCDE mostra que o nível de produtividade que calculamos para os países chamados periféricos é baixíssimo. Um quinto abaixo dos Estados Unidos, no caso do México, por exemplo. Mas se trata da média, o que significa pouca coisa – o desvio padrão, quer dizer, a dispersão dos dados em torno da média é muito maior do que nos países avançados. A análise da OCDE é a seguinte: se classificarmos as empresas por suas dimensões – a OCDE classificou as empresas em quatro categorias: as muito grandes, as grandes, as médias e as pequenas –, e considerando um índice de 100 para o nível da produtividade de cada categoria de empresas dos países da OCDE, percebemos que o nível de produtividade do trabalho de cada categoria de empresas nos países da América Latina é muito inferior: perto do índice 20 para as menores, diante de 100 para as que pertencem à mesma categoria nos países da OCDE, um pouco mais para as médias, e com exceção das grandes empresas, para as quais é de quase 90. É a heterogeneidade estrutural mencionada acima. É importante lembrar que é uma média, mas com um desvio padrão tão diferente do que observamos nos países desenvolvidos, que comparar um com o outro não é muito significativo. Quando éramos trotskistas, chamávamos a isso de desenvolvimento desigual e combinado. Hoje, temos dados para confirmar. O segundo ponto é que o crescimento da produtividade do trabalho é mais elevado para as grandes empresas do que para as pequenas. É preciso considerar dois tipos de globalização: a comercial e a financeira. As duas

Se pegarmos a China ou países asiáticos que em certos períodos decolaram, veremos que fizeram, como se dizia, uma “abertura com um porteiro”. O importante não é saber se a porta está aberta ou fechada, semiaberta ou semifechada, é saber se tem um porteiro que controle a abertura. Na América Latina em geral, e no Brasil também, deixaram as portas se abrirem ou se fecharem sozinhas, sem porteiro. Essa é a grande diferença.

juntas viram uma armadilha. A globalização comercial é competitividade selvagem. Há três fatores que intervêm nessa situação: o nível salarial e sua evolução, a produtividade do trabalho, e a taxa de câmbio. No Brasil, nos últimos anos os salários aumentaram mais que a produtividade, por conta do aumento do salário mínimo. A apreciação da moeda também foi relativamente importante, o que é um fator negativo. E a produtividade do trabalho foi muito baixa. Por quê? Porque houve pouco investimento. E por que houve pouco investimento, principalmente em tecnologia? Porque – e aí entra a globalização financeira – era mais rentável recorrer às matérias-primas ou ao mercado financeiro. A conjunção da globalização comercial com a financeira ou, mais precisamente, a forma como foram tratadas, trouxe a desindustrialização. Caímos na armadilha.

CARMEM: Como você avalia a perspectiva de crescimento em longo prazo da economia brasileira nesse mundo sino-cêntrico?

Se pegarmos a China ou países asiáticos que em certos períodos decolaram, como a Coreia do Sul, veremos que eles fizeram, como se dizia, uma “abertura com um porteiro”. O importante não é saber se a porta está aberta ou fechada, semiaberta ou semifechada, é saber se tem um porteiro que controla a abertura. Na América Latina em geral, e no Brasil também, deixaram as portas se abrirem ou se fecharem sozinhas, sem porteiro. Essa é a grande diferença. Na China não existe globalização financeira. Há um caos financeiro, há a “financeirização”, mas ainda há um controle. A Coreia do Sul, até entrar para a OCDE,

fazia controle do mercado financeiro internacional. As empresas não podiam contrair empréstimos no exterior, era o Estado que os contraía e emprestava às empresas. Se considerarmos também a globalização comercial, basta ver a quantidade de regras que existem nesses países asiáticos para perceber que é tudo extremamente controlado. O importante é a forma como essas portas são manipuladas. E esse controle não houve por aqui. Eu me lembro que quando Rubens Ricupero era secretário-geral da UNCTAD, ele fez uma conferência – acho que Furta do estava presente nesse dia – explicando que quando as regras para a globalização financeira eram propostas, eram sempre os asiáticos que propunham, enquanto os sul-americanos não diziam nada, deixavam passar todos os ditames dos favoráveis ao liberalismo.

CARMEM: Há espaço para um país como o Brasil se reindustrializar, dado o contexto competitivo internacional?

Eu não concordo com os que acreditam que as nações precisam de novo se fechar. Acredito justamente o contrário, ou seja, não podemos esquecer a globalização, principalmente a comercial e a financeira. Mas acho que ela pode ser muito mais controlada. É necessário pensar de outra maneira, pensá-la com um porteiro. Isso se chama política industrial. E há fortíssimos interesses contrários a isso. Não é que os governos sejam inteligentes ou estúpidos. Se Lula teve uma atitude *laissez-faire* foi porque, de todo modo, pouco importava para ele que uma frigideira fosse produzida no Brasil, contanto que os pobres tivessem suas frigideiras. É uma filosofia errada dizer “o pobre quer uma geladeira, vamos importar

já que não produzimos”, em vez de incentivar a produção de geladeiras. Desse ponto de vista, Lula tem uma responsabilidade bastante grande, porque usou o dinheiro de forma um pouco leviana.

LENA: É possível termos novamente uma taxa de investimento elevada e crescente em relação ao PIB, a seu ver?

Provavelmente sim. Hoje temos a crise, mas é por um tempo. Os únicos que têm essa percentagem um pouco mais alta no momento são os argentinos. Por alguns anos chegou a 24%. Os chilenos também tiveram, mas hoje ela está por volta de 18%, 20%. Não é muito, pois nessa situação não podemos ter um crescimento superior a 3%. Mas em longo prazo é possível. O Brasil mudou muito. Na primeira vez que vim, em 1979, para uma missão do UNDP, lembro que os médicos calculavam as consultas em termos de salário mínimo. Na época, era bem caro para mim... Eu ganhava o equivalente a 70 salários mínimos brasileiros por mês, mais 30 salários mínimos de per diem! Eu era bilionário! Tanto assim que trouxe minha mulher, mas ela ficou doente e tive de pagar uns salários mínimos pela consulta. Portanto, há evoluções. Não são suficientes, mas o que estou tentando dizer é que não concordo com essa ideia de que o Brasil ainda vai ficar muito tempo no subdesenvolvimento.

CARMEM: O sucesso mundial do livro de Thomas Piketty, trazendo à tona a discussão sobre a concentração da riqueza, em particular a financeira, contribuiu, na sua avaliação, para dar novo fôlego ao debate sobre a economia política?

Para mim, Piketty é um pouco como Joseph Stiglitz. Faz muito tempo que discuto com brasileiros – com latino-americanos em geral – a ideia de que as desigualdades estão diminuindo. Isso me chocava. Como era possível? Considerando que na Europa estão aumentando, nos Estados Unidos estão aumentando, e que os ricos estão cada vez mais ricos? Não havia nenhuma, ou muito pouca, reflexão por trás disso. Não estou falando dos pobres, que estão menos pobres, mas dos ricos, que, diziam-me, estão menos ricos. E isso era aceito sem nenhum ques-

tionamento. Até mesmo economistas da ONU, da Cepal, que deveriam ser bastante sérios, se baseavam nessas estatísticas... E chegou o Piketty, apresentando esse problema e suscitando outros tipos de pesquisa. Tive oportunidade de ler pesquisas que não se contentaram com as enquetes da PNAD para analisar as desigualdades de renda. E aí, grande surpresa, descobriram que as desigualdades eram ainda mais importantes do que as que estavam sendo apresentadas. E mais: os ricos estavam se tornando mais ricos. Tal como na Europa. Nesse sentido, Piketty foi quem sacudiu um pouco as coisas. Para mim, não é tão importante saber se ele está completamente certo do ponto de vista teórico. O que me importa é que, como Stiglitz, ele permitiu que questionamentos iconoclastas fossem reformulados.

LENA: O sucesso do livro dele deve-se também a todo esse problema de mudança das relações trabalhistas, com a flexibilização, a precarização. Todo mundo se sentiu um pouco representado: “Sim, é verdade, meu dinheiro acaba antes do fim do mês e, entretanto, há pessoas riquíssimas...”

Ele traduziu todos os problemas, cada vez mais graves, gerados pelas políticas neoliberais, isso é evidente. É a ideia de que a classe operária está muito mais fragmentada, de que os ricos estão cada vez mais ricos. Se ele tivesse publicado esse livro há 20 anos, não faria tanto sucesso. O livro é um trampolim para novas pesquisas, principalmente na América Latina, que foi o que tentei inserir no livro que vocês recém-publicaram, *Brasil, sociedade em movimento*. Esse assunto impulsiona discussões sobre toda uma série de bobagens que foram ditas. Eu me perguntava: “Será que esses especialistas saem de casa, de vez em quando?”. Fui a São Luís e procurei a classe média... Nós a vemos, em alguns lugares, mas não podemos exagerar. Diziam que o Brasil tinha se tornado um país com 57% de classe média, lembro bem desse número. Isso era aceito sem nenhum questionamento. Era uma maravilha, o governo tinha praticamente eliminado a pobreza, e o Brasil estava se tornando um país de classe média.

AFRÂNIO: Aconteceu algo diferente no Brasil, nos últimos 12 anos. Houve uma mudança de tendências, entre a base e o topo: a base estava sempre muito longe do topo, em termos de renda. Você e Furtado comparavam, desde o início, a visão de que o Estado é um ator no jogo econômico central. Mas não dá para reduzir o problema atual à taxa de investimento, porque há outras questões. Por exemplo, houve a inserção de um grupo que estava completamente excluído de todas as formas de participação, e que mal ou bem se inseriu nas estruturas políticas. Eu gostaria que você falasse sobre a relação entre Estado, sociedade e economia.

Se você está falando dos 5% mais ricos, a distância entre eles e a base aumentou. Lembro de algo que demonstra a responsabilidade do Estado no nível político, e não somente no econômico. É um pequeno livro que Furtado publicou, chamado *Não à recessão e ao desemprego*. Livrinho muito importante em que ele dizia que não devemos depender dos movimentos financeiros internacionais, os quais aplicam como política econômica formas de ajuste estrutural etc. Na época, a América Latina estava dividida demais para que essas ideias tivessem penetração. Depois disso, a situação na América Latina se agravou. O que importa é que o Estado não se resume a uma taxa de investimento, pois é também a relação com a sociedade civil, são os questionamentos que ela pode fazer sobre a política estatal.

Não resumo tudo à taxa de investimento, mas ela tem algo muito interessante, fora a modelização: é a manifestação do que uma economia e uma sociedade se tornam. Estamos vendo uma sociedade que se torna cada vez mais uma economia rentista. Isso é grave, porque significa que o enriquecimento não vem mais da exploração da força de trabalho, e sim de como as pessoas se posicionam no fluxo de renda. A partir daí, Estado e governos se tornam cada vez mais degenerados, porque a corrupção é também a forma como eu me insiro no fluxo de renda, e não como eu enriqueço por meio do trabalho. Em última análise, prefiro um capitalismo schumpeteriano a um rentista.

Para voltar à distância entre pobres e ricos, na América Latina e na maior parte dos países ditos “em vias de de-

envolvimento”, os pobres são calculados de forma absoluta, e não relativa. Ou seja, podemos eliminar a pobreza de modo absoluto: a Tailândia e a Coreia do Sul conseguiram. Mas de forma relativa, se considerarmos as definições de outros países, ela não foi eliminada. Aqui reduziram a pobreza, é verdade. Mas os 5%, mesmo os 2% mais ricos estão longe da renda média dos pobres, muito mais longe que há dez anos, ao contrário de todas as besteiras que são ditas. O sistema tributário para os 5% ou 10% mais ricos da população demonstra que a distância aumentou muito em relação à renda média dos pobres. Há algumas histórias malcontadas, e as desigualdades de renda entre os 10% mais ricos e os 30% mais pobres não diminuíram, e sim aumentaram. Não estou falando em nível mundial, mas no Brasil, na América Latina.

JOSÉ SERGIO LEITE LOPES: Ontem à noite foi exibido na TV Brasil um programa com dois economistas. Tinham tido acesso a dados que o Piketty não teve, indicando que aumentou a distância dos 5% mais ricos e dos mais pobres. O fato é que a política fiscal, desde 1995, agravou esse quadro. Estamos piores que os Estados Unidos, que a política de Margaret Thatcher... E o que eu não sabia é que, com as privatizações, e as isenções, a partir de 1995, isso foi agravado...

Sim, é o que estou dizendo. Não houve desconcentração da renda.

JOSÉ SERGIO: Mas também acho que, apesar dessa ilusão criada sobre as classes médias, e apesar de tudo o que se possa dizer, houve forças mais favoráveis às classes populares. Houve, por parte do Estado, o estabelecimento de mecanismos de participação. As relações com o Estado geraram repercussões nos movimentos sociais. As classes populares podem ter se endividado por apelos ao consumo, mas se tornaram mais cidadãos.

Se prestarmos atenção, só uns poucos países – com população pequena – conseguiram diminuir a distância entre ricos e pobres. Lembro das Ilhas Maurício, da Coreia do Sul, de alguns países árabes. Se considerarmos o caso de China, as desigualdades de renda estão aproximada-

mente no mesmo nível daquelas da Argentina. Sabem como as pesquisas da PNAD funcionam? Perguntam a um rico: “Quanto você ganha?”. Como é anônimo, eles dizem quanto, não mentem muito, só um pouco. Mas, na verdade, se recebem juros e dividendos, não os consideram! Porque são automaticamente reinvestidos. Isso não é contado como uma renda que gera uma economia, um investimento. O que sempre me escandalizou é que, na América Latina, esse tipo de raciocínio é aceito inclusive pelas demais pessoas consideradas sérias.

MARCOS: Tendo nascido no Egito, a crise nos países do mundo árabe deve ter mexido muito com você. Mais ainda quanto ao drama das migrações para o continente europeu. O que significou todo esse movimento?

Significou muito. Tive a oportunidade de ir diversas vezes ao Egito depois de ter saído, mas percebi que havia perdido completamente minhas raízes. Não conhecia nem o idioma, fora os palavrões... O que a chamada Primavera Árabe – na Tunísia, e depois no Egito e outros países – demonstrou foram os limites das mobilizações feitas pelas redes sociais. Vimos nesses países que as forças organizadas se aproveitam desses momentos, ou seja, vivem como parasitas dessas revoluções. Depois, quando há eleições, apresentam-se de maneira organizada, enquanto as convocadas pelas redes sociais começam a se dividir. Aconteceu na Tunísia, infelizmente. E no Egito mostrou a força da Irmandade Muçulmana, que era uma estrutura antiga muito poderosa e tinha um trabalho social importante. Isso levou as revoltas populares a se transformarem um pouco no seu contrário: passamos de ditaduras militares ou paramilitares ao aumento do poder dos mais sectários, como a Irmandade Muçulmana, ou um pouco menos fundamentalista, como a Ennahda, na Tunísia. Os que pagam são os que fizeram a revolução árabe.

LENA: Você acha que o Estado-nação vai desaparecer nesses locais?

Em alguns países, como Egito e Tunísia, ele existia, mas em outros sequer existiu com força. Não vai desaparecer.

cer. Acho que vai acontecer um pouco como ocorreu com a FLN [Frente de Libertação Nacional, da Argélia], ou seja, um período de congelamento, e depois se estabilizará novamente, pelo menos no Egito. Mas isso ainda não está definido, porque temos agora a evolução do ISIS, o Estado Islâmico, que eclode por todo lado, e não só na Síria.

ROSA: Como você vê a questão do afluxo de migrantes chegando à Europa, e suas consequências para o futuro do mundo árabe?

Não estou muito otimista. Esse fluxo de migrantes é colossal. Para citar apenas um número, a Alemanha está recebendo o equivalente a 1% da sua população: 800 mil neste ano de 2015, 450 mil no ano passado. Eles já estavam nos 600 mil, e pensam que vão terminar o ano com 800 mil. Na França é um fenômeno menos relevante. Fala-se muito da cidade de Calais, que concentra migrantes que querem ir para a Grã-Bretanha, mas não são tantos assim. E se considerarmos o fluxo por habitante, como é mais interessante, são os países escandinavos que recebem o maior contingente. Estamos numa situação muito particular. Muitos desses migrantes estão fugindo das guerras, mas não são refugiados políticos no sentido clássico. Já pagaram o alto preço da guerra na Síria, no Iraque. E há ainda um número enorme de mortos. E há os refugiados econômicos, que tentam se fazer passar por refugiados políticos. O mundo árabe está cercado de problemas, mas a Europa também. O problema político decorrente desse fluxo se manifesta de forma diferente em cada país, porque alguns são de migração antiga, como a França, outros, como a Espanha, têm migração mais recente, embora bastante forte. Na Alemanha, havia uma migração principalmente turca. Cada país vive sua migração e seus problemas de integração de formas diferentes. Para alguns, são problemas conhecidos, para outros, não.

ROSA: São problemas que não surgem apenas por conta dos migrantes.

Claro que não. Eles se agravam devido ao contexto de estagnação econômica no qual a Europa se encontra.

Eu não concordo com os que acreditam que as nações precisam de novo se fechar. Acredito justamente no contrário, ou seja, não podemos esquecer a globalização, principalmente a comercial e a financeira. Mas ela pode ser muito mais controlada. É necessário pensar de outra maneira, pensá-la com um porteiro. Isso se chama política industrial.

Alguns países não estão com altas taxas de desemprego, mas com salários muito baixos, como a Inglaterra. As pessoas trabalham por empreitada, por diária, em certas categorias de serviços. A situação econômica da Europa não é simples. Não estamos com 5% de crescimento, como nos gloriosos 30 anos depois da Segunda Guerra Mundial. E é nesse contexto que chegam os migrantes. Isso pode ser uma sorte para a Europa, porque vários têm um nível de qualificação bastante alto. Afinal, na Síria e no Iraque, se havia algo que funcionava para todos era a educação. E mesmo se considerarmos os países africanos, como os senegaleses que chegam, cerca de metade não tem estudo, mas a outra metade, ao contrário, são pessoas que vêm com títulos de doutor, diplomas de técnicos. Não são mais os operários desqualificados do passado. Portanto, em certa medida esse afluxo pode ser uma sorte para a Alemanha do ponto de vista econômico, já que a população não se reproduz. Mas politicamente os migrantes são vistos na maior parte dos países como “esses estrangeiros a quem fazemos favores”, “que têm moradia imediatamente enquanto nós continuamos esperando”, “que vão ser sustentados pela seguridade social”. Tornam-se bodes expiatórios. E não podemos esquecer que esses movimentos contra os imigrantes não são recentes, embora não parem de crescer e gerem racismo. Na Alemanha estão ocorrendo manifestações de um gênero quase nazista. Na França, a discussão sobre controle da imigração vai aumentar. Estamos em uma situação em que, por um lado, é muito importante abrir as portas, por outro, devemos tratar a questão na esfera política. Se ficarmos só no nível da generosidade, o risco de pagar com o fortalecimento da extrema direita aumenta.

ROSA: Falemos dos outros problemas europeus: a Grécia, o euro...

Em geral, quando se fala da Grécia a discussão é superficial. As pessoas dizem: “É só eles pagarem”. Têm idiotas que pensam que o orçamento de um Estado é como o orçamento de uma família. Ou têm aqueles, como o governo finlandês e o português, que dizem: “Nós fizemos sacrifícios, por que eles não deveriam fazer?”. E têm os que dizem coisas ainda mais estúpidas, como o governo eslovaco: “Os salários deles são maiores que os nossos”. A Grécia está em situação de país que enfrentou uma guerra. Seu PIB se reduziu em 25%. Há uma explosão do desemprego, a maior parte da população está desempregada. Podemos nos ressentir por a Grécia não pagar direito seus impostos, por haver muita corrupção, mas o fato é que não vamos fazer a Grécia pagar mais do que já pagou. Quem conhece um pouco os mecanismos da dívida entende que o dinheiro emprestado aos gregos é para pagar os juros da dívida. E se a dívida aumentou, também foi porque houve um comportamento perverso dos bancos que emprestaram à Grécia, entre 2007 e 2009, a taxas de juros que, no final, equivaliam às dos empréstimos à Argentina. São taxas de juros surreais. E quando isso virou uma crise para os bancos, venderam seus títulos de forma inconsequente: os Estados recompraram esses títulos, pela metade do preço. Em suma, os bancos se saíram bem, os Estados os recuperaram e lhes emprestaram dinheiro para que pudessem continuar a fazer empréstimos, e não para diminuir a dívida, nem para fazer investimentos. Não estou tentando achar desculpas. Mas a crise grega revelou um fenômeno interessante: a Europa pensou que bastava fazer uma moeda comum para depois tudo acontecer naturalmente. Na verdade,

a moeda faz parte da soberania dos Estados. E a nação é a base da legitimidade desses Estados. Retirou-se do Estado sua moeda, que foi passada para as instituições de Frankfurt, para Bruxelas – que não são Estados, mas poderes, e sem legitimidade. Os eurocratas não foram eleitos, ou o foram indiretamente. Temos, portanto, um poder que não é um Estado, mas tem as características de um Estado. E, submetidos a ele, temos Estados com menores atribuições. É uma situação estranha, quando pensamos na construção dos Estados-nação. E tudo isso aconteceu muito rapidamente, em 10 ou 15 anos. A União Europeia é um poder que não precisa de legitimação, mas tem atribuições de um Estado, e temos Estados-nação com cada vez menos legitimidade e atribuições. E aconteceu algo incrível: um país ousou perguntar a seu povo o que ele pensava. Na época de Sarkozy, Papandreou já tinha ameaçado fazer um referendo, e Angela Merkel e Sarkozy disseram “não”. E agora Tsipras fez. E teve uma vitória de 60%. A situação era assustadora: ou assinavam o plano da UE ou saíam da Europa. E, como os gregos querem ficar na Europa, e perceberam que a zona do euro se tornou uma armadilha – entra-se, mas para sair se paga ainda mais caro –, engoliram esse sapo gigante.

ROSA: Por que Angela Merkel agiu assim?

Ela foi um pouco freada por François Hollande, mas muito pouco, o que é chocante. Por que ela fez isso? Simplesmente porque estava com medo de que o Podemos, da Espanha, ou os italianos fizessem o mesmo, os franceses fizessem o mesmo. É uma visão de muito curto prazo. E, com isso, ou a Europa modifica suas regras de funcionamento, ou continua onde está – e politicamente está à beira de uma implosão. Os movimentos separatistas se desenvolveram muito. E já temos Jacques Sapir, homem de esquerda, antigo regulacionista, que desenvolveu teses separatistas e faz um sucesso enorme com a extrema direita, com quem dá a entender que é possível fazer aliança. Estamos entrando numa fase de confusão, e se hoje fizermos um referendo perguntando a respeito da permanência do euro, há grandes chances de que a resposta seja não.

CARMEM: Qual é a sua avaliação sobre o ensino de economia nas faculdades da Europa?

Pergunto-me se não são os mesmos problemas daqui. Para começar, já não se fala de desenvolvimento. Nos Estados Unidos – e está começando a ser assim também na França – o crescimento é algo ligado à macroeconomia, e o desenvolvimento é “o que acontece na minha cidade”. A definição, nos Estados Unidos, é exatamente essa. Na França também não se dá importância às teorias de desenvolvimento. O crescimento sim, podemos discutir. Mas como não há crescimento... Então, faz-se nas faculdades, sobretudo, economia industrial. Quando falamos que o liberalismo se disseminou pelo ensino, não é verdade. O que acabou foram as teses globais: Keynes, Marx, mas também a teoria do equilíbrio geral. Tudo o que é ligado ao equilíbrio geral perdeu importância, e ganharam força os aspectos setoriais, com muita modelização. É a caricatura da caricatura, e não só na economia, mas na medicina também. É como se, devido à capacidade dos computadores, hoje em dia não precisássemos mais fazer investigações, basta pôr a população dentro de um computador e criar modelos: “Se fizermos isso, acontecerá aquilo”. E ninguém pergunta o porquê. Quem deu origem a isso, ainda que pareça paradoxal, foi Milton Friedman, que sempre disse que não é importante saber o porquê, e sim saber se algo ocorre.

LENA: No seu livro *Les économies émergentes en Amérique Latine* você escreve que houve uma forte progressão do gasto social, sem se interessar pela sua estrutura, a qual, evidentemente, é fundamental para explicar níveis maiores ou menores de redistribuição. Lembrei-me do balanço que Georges Marchais, secretário-geral do Partido Comunista Francês, fazia sobre o comunismo e a Europa do Leste: “*globalement positif*”. Será?

Considerarei a estrutura das receitas, que são muito importantes. O sistema fiscal é particularmente regressivo, os impostos indiretos que todo mundo paga, inclusive os mais pobres, são muito importantes, mais importantes, de maneira relativa, do que nos países avançados. As transferências sociais não compensam

O que falta a muitos intelectuais da área de economia, hoje em dia, é esse espírito de contestação que Celso Furtado tinha. Falta ir além das aparências de certos fenômenos. Falta analisar, como ele fez na escola cepalina, uma determinada época, analisar as estruturas, como elas criam entraves.

a regressividade do sistema tributário: as desigualdades da distribuição da renda são mais ou menos as mesmas antes e depois do pagamento dos impostos e das transferências sociais. No nível das despesas públicas, o fato de que houve um aumento bastante forte do salário mínimo permitiu que os gastos com a aposentadoria tenham subido e que, de maneira indireta, a pobreza tenha caído. É verdade que houve um aumento insuficiente nos gastos públicos com a saúde e o ensino para dar aos pobres a possibilidade de mobilidade social. Dessa maneira, podemos dizer que houve, sobretudo, distribuição de dinheiro, o que é pouco para superar a pobreza de forma estrutural. Parece-me evidente que não podemos analisar os gastos sem analisar as receitas. Mas você tem razão, trabalhei muito mais com as receitas. Dito isso, o que é globalmente positivo? Creio que mesmo se a definição dos pobres é feita de forma absoluta, é sempre melhor que haja menos pobres do que antes. Isso para mim é muito importante. É a única coisa que considero globalmente positiva, para usar sua expressão, nos governos do Lula: ter eliminado pobreza. Não sei como dizer de outra forma. Também acho importante que os gastos com educação tenham aumentado, mas isso não foi suficiente, e, sobretudo, a qualidade da educação permanece fraca. Finalmente, cada vez mais reflito sobre o seguinte: quando analisamos as receitas, precisamos considerar os custos operacionais. Em que medida o aumento do salário mínimo afetou os salários dos funcionários dos ministérios? Não sei se me entendem. Já vi pesquisas mostrando que em certos momentos a receita dos ministérios aumentava, mas isso ia para os funcionários, e não para a construção de escolas etc.

LENA: O México é o único país onde a pobreza não diminuiu.

Exato. Nos gastos sociais de que estou falando – isso ao menos eu fiz –, em um caso há a repartição, no outro, a capitalização. Por isso é que precisamos medir as coisas com a mesma régua, comparar o que pode ser comparado. Se considerarmos apenas o México, diremos que quase não há gastos sociais. É claro, pois quase não há pagamentos, ou pouco, de aposentadorias. Comparando Brasil, Argentina e México, eu mostro que a educação é menos importante no México do que na Argentina, em porcentagem do PIB. Meu livro analisa comparativamente, considerando também os países asiáticos, para tentar compreender quais são os problemas dos diferentes países. Quando você diz que, na área da saúde, há 700 mil pessoas com contratos temporários, é claro que me parece um absurdo. Mas lhe direi também que houve um aumento nos gastos com saúde, seja real ou não, em porcentagem do PIB. Isso é importante.

LENA: Justamente, não aumentou muito. O gasto público com saúde é de 3,5% do PIB, e o gasto privado é de 5,5% do PIB. O que está aumentando é o gasto privado. O público está estagnado.

Não me surpreende. Assim como o ensino superior privado cresce mais rápido que o público. Não digo que isso é bom. Mas a política de aumento do salário mínimo não é liberal. E tento mostrar que, ao contrário, essa política, assim como o Bolsa Família, é muito pouco. Além do mais, custam quase nada. São 0,6% do PIB, não é nada, em comparação com a França, por exemplo. Isso diminuiu um pouco a intensidade da pobreza. Mas sem dúvida, foi o aumento do salá-

rio mínimo – e não o Bolsa Família – e, portanto, o funcionamento do mercado de trabalho, que permitiu reduzir a pobreza.

ROSA: Vamos encerrar?

Sim, retomando Celso Furtado. Acho que o que falta a muitos intelectuais da área de economia, hoje em dia, é esse espírito de contestação que ele tinha. Um pouco como a crítica que você, Lena, me fez sobre as despesas. Falta ir além das aparências de certos fenômenos. Falta analisar, como Furtado fazia com a escola cepalina, uma determinada época, ou seja: analisar as estruturas, como elas podem criar entraves; questionar as famosas médias que eram estabelecidas na época pelas instituições internacionais. Foi o que aprendi, essa abordagem questionadora, que tenta entender mais precisamente como uma sociedade evolui. Por exemplo, a análise que Furtado fez sobre a tendência à estagnação é, para mim, uma das coisas mais bonitas que já foram feitas até hoje, ainda que deva ser atualizada, por causa do mercado financeiro. O que me fez interessar-me por Furtado foi um pouco esse lado marginal, iconoclasta. Só que, diferentemente de Furtado, nunca fui um homem político. Ele fez política, concretamente. Eu fiz oposição política, mas não cheguei a criar grandes instituições, como ele fez. Furtado tinha essas duas vias de atuação, eu só tenho uma.

§